

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE –
POLO NATAL

PREGÃO Nº 01/2023

(Processo Administrativo nº. 23057.004178.2022-93)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, para que sejam atendidas as necessidades de **manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos campi Natal Central e Zona Leste**, para fins de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e dificuldades de locomoção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFRN CAMPUS NATAL CENTRAL – UG: 158369

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	CATMAT	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Manutenção preventiva e corretiva para Elevador Tipo Fosso da Marca Ortobras, sem casa de máquinas, com capacidade para até 08 pessoas ou 600kg e com 02 paradas (Térreo e 1º Andar)	serviço	3557	12	60	1.200,00	72.000,00
	2	Manutenção preventiva e corretiva para Elevador Tipo Fosso da Marca Ortobras, sem casa de máquinas, com capacidade para até 08 pessoas ou 600kg e com 03 paradas (Térreo, 1º e 2º Andares)	serviço	3557	12	60	1.200,00	72.000,00
	3	Manutenção preventiva e corretiva para Elevador Tipo Plataforma da	serviço	3557	12	60	1.025,00	61.500,00

		Marca Daiken Elevadores, com capacidade para até 2 pessoas ou 325Kg e com 3 paradas (Térreo, 1º e 2º Andares)						
	4	Manutenção preventiva e corretiva para Elevador Tipo Plataforma da Marca DWA Elevadores, com capacidade para até 2 pessoas ou 320Kg e com 2 paradas (Térreo e 1º Andar)	serviço	3557	12	60	1.025,00	61.500,00
	5	Fornecimento de peças novas e originais (valor estimado)	desconto	47279	12	60	4.953,04	297.182,40
TOTAL ESTIMADO LOTE 1: SERVIÇOS + PEÇAS (R\$)								564.182,40

ÓRGÃO PARTICIPANTE: IFRN CAMPUS NATAL ZONA LESTE – UG: 158155

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	CATMAT	Quantidade mínima	Quantidade máxima	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	6	Manutenção preventiva e corretiva para Elevador Tipo Fosso da Marca Ortobras, com casa de máquinas, com capacidade para até 08 pessoas ou 600kg e com 06 paradas (Térreo, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Andares)	serviço	3357	12	60	1.250,00	75.000,00
	7	Fornecimento de peças novas e originais (valor estimado)	desconto	47279	12	60	1.238,26	74.295,60
TOTAL ESTIMADO LOTE 2: SERVIÇO + PEÇAS (R\$)								149.295,60
TOTAL ESTIMADO LOTE 1 + LOTE 2: SERVIÇOS + PEÇAS (R\$)								713.478,00

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Engenharia de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. A escolha por Sistema de Registro de Preços - SRP se deu devido o atendimento a mais de um órgão ou entidade na mesma modalidade de compra pública, pois tem interesse no objeto deste processo duas Unidades de Administração de Serviços Gerais - UASGs, sendo: o Campus Natal-Central (158369) e o Zona-Leste (UASG 158155), o que acarretou a separação do objeto em dois lotes/grupos.
- 1.7. Não será utilizado o instituto da Intenção de Registro de Preços - IRP, no presente SRP, devido a especificidade dos equipamentos que são personalizados para os Campus Natal-Central e Zona-Leste do IFRN, ou seja, as especificações técnicas dos itens (plataformas elevatórias e elevadores) são específicas não sendo recomendada a sua generalização.
- 1.8. A adjudicação deverá ser feita por preço global, a integração entre os serviços, o que justifica a necessidade da compra de serviços pública por grupo.
- 1.9. A empresa que deverá realizar a manutenção dos elevadores e plataformas deverá ser a mesma à fornecer as peças, para que não hajam efeitos deletérios sobre garantia que será fornecida pelas empresas, tanto dos serviços quanto das peças que serão instaladas. O agrupamento, portanto, evitará que a garantia de um serviço/produto seja perdida, que haja descompasso temporal entre a execução do serviço e a instalação de peças e, consequentemente, prejuízos à administração pública.
- 1.10. A divisão entre serviços e fornecimento de peças implicaria em maior dificuldade na fiscalização administrativa; ao passo que a contratação por grupo poderá diminuir a burocratização na atividade de fiscalização, e a impossibilidade de diferentes empresas serem contempladas para o serviço e para emissão das peças indicadas em manutenção corretiva.

O agrupamento em dois lotes (grupos) atende as necessidades dos Campi do IFRN envolvidos no presente SRP.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

5.1.1.1. Os serviços serão executados no local onde o(s) equipamento(s) encontra(m)-se instalado(s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo(s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o IFRN.

5.1.1.2. A CONTRATADA, para cada visita realizada, deverá elaborar um BOLETIM DE VISITA E PREENCHER O CHECK-LIST DE INSPEÇÃO MENSAL, COM ASSINATURA DO INSPETOR E PROFISSIONAL HABILITADO RESPONSÁVEL TECNICAMENTE PELO ACOMPANHAMENTO DA MANUTENÇÃO (ou documento substituto), no qual serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes.

5.1.1.2.1. Além da inspeção mensal, os elevadores e plataformas elevatórias devem ser periodicamente inspecionados e ensaiados (testados) dentro de cada 6 meses após ser posta em operação ou do término de modificações importantes e, após isso, em intervalos de cada 6 meses, com atenção particular às seguintes características:

- Dispositivos de intertravamento;
- Circuitos de segurança elétricos;
- Continuidade do aterramento;
- Cabos, correntes, cremalheiras ou parafusos e porcas (conforme aplicável);
- Unidade de acionamento e freio;
- Freio de segurança;
- Sistema de alarme (se instalado).

Parágrafo único – Ao final do contrato a contratada deve emitir um Relatório de Inspeção Anual – RIA, o qual deve conter todas as inspeções discriminadas, testes de funcionamento e segurança, além de aferição dos componentes aplicáveis.

5.1.1.2.2. Os ensaios e inspeções periódicos descritos devem ser realizados a parte das vistorias mensais e assinados por Profissional Legalmente Habilitado.

5.1.1.2.3. O fiscal de contrato deverá acompanhar os ensaios e inspeções periódicas descritas acima.

5.1.1.3. Quando se fizer necessária a substituição de qualquer peça, será apresentado o orçamento e o fiscal do contrato autorizará sua substituição devendo ser faturado após a sua colocação. Sempre que houver a necessidade da substituição de qualquer peça ou acessórios, deverão ser utilizadas peças e acessórios obrigatoriamente originais e com preço compatível com os de mercado.

- 5.1.1.4. Entende-se por Manutenção Preventiva aquela realizada através de visitas mensais programadas, ao local onde se encontra instalado o equipamento, independentemente de chamados da Coordenação de Manutenção, com o mínimo de uma visita mensal durante o prazo de vigência do contrato, quando será inspecionado e avaliado esse equipamento, devendo ser efetuados os ajustes, as regulagens, a limpeza e a lubrificação que se fizerem necessários à continuidade do seu perfeito funcionamento durante o período de vigência do contrato. A manutenção mensal compreende várias ações, tais como a sua lubrificação, a inspeção de peças rotativas de um modo geral, uma limpeza especializada, a verificação do sistema eletroeletrônico entre outros itens, bem como a verificação dos relês, chaves, contadores, conjuntos eletrônicos e demais componentes dos armários de comando seletor, redutor, polia, rolamentos, mancais e freio da máquina de tração rolamentos e mancais de motor, limitador de velocidade, interruptores, limites, guias, cabos de aço, cabos elétricos, cabos de manobras, dispositivos de segurança, contrapeso, rampas, cabina, operadores de porta de cabine e de porta de pavimento, tensores, correções, botoeiras, sinalizadores e demais equipamentos, procedendo à verificação, lubrificação e, se necessário, testes e regulagem, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico.
- 5.1.1.5. Entende-se por Manutenção Corretiva aquela realizada a qualquer momento no equipamento, com vistas a remover os defeitos detectados e a restabelecer o seu perfeito funcionamento, seja mediante o conserto de peças e de componentes, seja pela substituição dos elementos avariados. A manutenção corretiva independe de programação periódica, podendo ser efetivada tantas vezes quantas forem necessárias durante o período de vigência do contrato. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção corretiva sempre que necessário, mediante solicitação da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço - OS, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às solicitações no prazo de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do chamado. Os chamados de emergência, que envolvam situações de risco em que estejam pessoas presas em plataformas ou elevadores, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo máximo de 6 (seis) horas após o recebimento do chamado, ficando incluído neste prazo o tempo de deslocamento até o Campus do IFRN. Depois de verificada, pela CONTRATADA ou CONTRATANTE, a necessidade de substituição de peças/componentes, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para envio de ordem de serviço para o fornecimento das peças/componentes necessários para a realização dos serviços corretivos.
- 5.1.1.6. Deverão ser fornecidos lubrificantes especiais para os equipamentos de acordo com as especificações do elevador, objetivando maior vida útil para os equipamentos. Os lubrificantes e outros de consumo tais como Graxas, Estopas, Desengraxante, Panos, White Lub, Limpa Contato e outros necessários à realização dos serviços de lubrificação e limpeza periódica, serão fornecidos sem ônus, ressalvando-se os materiais que se fizerem necessários a serem substituídos os quais ficam condicionados a prévia autorização do fiscal do contrato através de orçamento específico.
- 5.1.1.7. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pela FISCALIZAÇÃO, em conformidade com a periodicidade mensal, no horário das 08:00 às 17:00 horas.
- 5.1.1.8. Os serviços executados nos equipamentos constantes do Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva serão executados de acordo com o que estabelece as Normas Técnicas, Normas Regulamentadoras e de acordo com o plano de manutenção entregue pelo fabricante do elevador.
- 5.1.1.9. Os orçamentos apresentados pela empresa contratada deverão ser aprovados, pelo fiscal do contrato, para assim autorizar a realização dos serviços, seguindo os seguintes procedimentos: Verificar através de pesquisa junto às empresas autorizadas se os preços das peças a serem substituídas estão compatíveis com os preços praticados pelo mercado; Verificar se os números de horas necessárias à execução dos serviços estão compatíveis com o tempo

estabelecido na tabela do fabricante, conforme a modalidade de serviços; Verificar se os prazos de entrega dos equipamentos consertados estão conforme os prazos programados pelas partes.

- 5.1.1.10. A empresa contratada deverá apresentar no máximo de 02 (dois) dias úteis orçamento discriminando peças, fabricantes, garantia e valor unitário compatível com o mercado local, quantidades de horas necessárias à execução dos serviços, além do prazo de entrega dos equipamentos, contado a partir da data de recebimento do mesmo.
- 5.1.1.11. Os orçamentos com preços acima dos praticados pelo mercado, tempo de execução dos serviços além do estabelecido pelo fabricante e prazo de entrega dos equipamentos fora do estabelecido, serão devolvidos à CONTRATADA para serem reformulados;
- 5.1.1.12. Os equipamentos consertados deverão ser vistoriados pelo fiscal do contrato, devendo assinar relatório com discriminação dos serviços executados e peças substituídas, fazendo o recolhimento das mesmas;
- 5.1.1.13. A Diretoria de Administração solicitará à CONTRATADA, revisão e/ou correção dos serviços, caso os mesmos não tenham sido executados satisfatoriamente, sem que advenha desse ato qualquer ônus para o IFRN.
- 5.1.1.14. A Coordenação de Administração da Sede e Manutenção - CASEM, juntamente com o fiscal do contrato, deverão elaborar uma Planilha de Controle de Manutenção Preventiva e Corretiva para os equipamentos.
- 5.1.1.15. As peças aplicadas ou fornecidas e a mão-de-obra deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias.
- 5.1.1.16. Executar os serviços contratados de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança recomendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 5.1.1.17. Os serviços de manutenção a serem realizados nos elevadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central deverão ser realizados respeitando o horário de funcionamento do Campus, preferencialmente de 08:00 às 17:00 horas, salvo os casos de emergência e, sempre supervisionados pela CONTRATANTE.
- 5.1.1.18. Além de um número de telefone fixo para os contatos necessários e rotineiros, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, um ou mais números de telefone para atender a chamadas durante as 24 horas do dia, em todos os sete dias da semana, a fim de que a CONTRATANTE possa reportar a necessidade de execução de serviços emergenciais de manutenção corretiva. Um desses números de telefone deverá ser obrigatoriamente o do Responsável Técnico, a quem serão dirigidos primariamente os chamados feitos pela CONTRATANTE.
- 5.1.1.19. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção objeto dessa contratação, a CONTRATADA, deve: observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento de equipamentos e zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores.
- 5.1.1.20. No caso de serviços de manutenção corretiva emergenciais, plantão de 24 horas para a acidentes de qualquer natureza, envolvendo especialmente a hipótese de pessoas presas na cabine do elevador, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, adotar urgentes providências no sentido de sanar o problema em até 4 (quatro) horas.
- 5.1.1.21. Oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos.

5.1.2. Serviço comum de Engenharia continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

5.1.2.1. O presente estudo tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de natureza continuada de manutenção de elevadores, sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando suprir as necessidades deste Instituto, mantendo assim os equipamentos funcionando corretamente, permitindo melhor acessibilidade aos alunos, servidores e visitantes.

5.1.2.2. A natureza do objeto desta contratação configura-se como serviço comum de engenharia, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520 de 2002.

5.1.2.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.2.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.3. Duração inicial do contrato

5.1.3.1. Trata-se de serviço de natureza continua, do qual espera-se a regularidade da operação com a segurança exigida para os equipamentos, com o pleno funcionamento de todas as funções.

5.1.3.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

5.1.3.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

5.1.4. Quadro com soluções de mercado

5.1.4.1. Trata-se de um serviço público do qual o órgão não dispõe, quantitativamente e qualitativamente de equipamentos para prestação. Além disso, o contrato atual vigente não poderá mais ser prorrogado para garantir a continuidade dos serviços.

5.1.4.2. Este tipo de serviço é realizado apenas desta forma, por empresas especializadas que trabalham de acordo com as normas técnicas vigentes e utilizam ferramentas e materiais certificados pelo Ministério do Trabalho.

5.1.4.3. Considerando que se trata de uma necessidade do serviço público, do qual o órgão não dispõe, faz-se necessária contratação de empresa que realize este serviço e possua os requisitos necessários para contratação.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. Conforme rege a Instrução Normativa nº 01/2010 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais

deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. No processo em apreço, são aplicáveis os Artigos 5º e 6º.

6.3. A Contratada deverá observar quando da realização do serviço as seguintes orientações:

- I – Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- V – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VI – Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

6.4. A Contratada deverá utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.5. A Contratada deverá adotar as medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

6.6. A Contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

6.7. A Contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços, bem como garantir o uso desses equipamentos pelos empregados.

6.8. A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

6.9. Recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado.

6.10. A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os dispositivos do tópico 3 desse Estudo. Esse documento fará parte dos documentos de habilitação.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 15 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone presente no item 8

7.1.1. A vistoria deverá ser realizada por um funcionário da Empresa, na função de Engenheiro Mecânico, devidamente credenciado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, portando a Carteira Profissional emitida pelo CREA/RN ou CREA de outra jurisdição com documentação do CREA/RN, comprovando a visada da mesma, e documento que comprove fazer parte do quadro de funcionários/sócios da Empresa ou contrato de trabalho devidamente registrado em cartório.

7.1.2. A vistoria técnica tem o objetivo a verificação por parte da empresa das condições de acessibilidade e estado de conservação dos equipamentos para a realização do plano de manutenção. Lembrando esses dois elementos que motivam a vistoria contribuem para uma melhor estimativa do custo dos serviços, ou seja, contribui para a formulação da proposta de preço mais compatível com a realidade de cada Campus.

6.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

- 6.1.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 6.5. As informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta, são aquelas publicadas no comprasnet.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. A execução dos serviços será iniciada no máximo em 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da emissão da ordem de serviço.
- 8.1.2. Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pelos fabricantes, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos, e, ainda, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável.
- 8.1.3. Os serviços serão executados, preferencialmente, por uma equipe com no mínimo 2 (dois) técnicos capacitados e aptos para o serviço, conforme item 5.1.1.2

8.2. Definições:

- 8.2.1. Entende-se por Manutenção as atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas de climatização, podendo ser preventiva, preditiva ou corretiva.
- 8.2.2. Entende-se por Manutenção Preventiva aquela realizada através de visitas mensais programadas, ao local onde se encontra instalado o equipamento, independentemente de chamados da Coordenação de Manutenção, com o mínimo de uma visita mensal durante o prazo de vigência do contrato, quando será inspecionado e avaliado esse equipamento, devendo ser efetuados os ajustes, as regulagens, a limpeza e a lubrificação que se fizerem necessários à continuidade do seu perfeito funcionamento durante o período de vigência do contrato. A manutenção mensal compreende várias ações, tais como a sua lubrificação, a inspeção de peças rotativas de um modo geral, uma limpeza especializada, a verificação do sistema eletroeletrônico entre outros itens, bem como a verificação dos relês, chaves, contatores, conjuntos eletrônicos e demais componentes dos armários de comando seletor, redutor, polia, rolamentos, mancais e freio da máquina de tração rolamentos e mancais de motor, limitador de velocidade, interruptores, limites, guias, cabos de aço, cabos elétricos, cabos de manobras, dispositivos de segurança, contrapeso, rampas, cabina, operadores de porta de cabine e de porta de pavimento, sensores, correções, botoeiras, sinalizadores e demais equipamentos, procedendo à verificação, lubrificação e, se necessário, testes e regulagem, a fim de proporcionar funcionamento eficiente, seguro e econômico.
- 8.2.3. Entende-se por Manutenção Corretiva aquela realizada a qualquer momento no equipamento, com vistas a remover os defeitos detectados e a restabelecer o seu perfeito funcionamento, seja mediante o conserto de peças e de componentes, seja pela substituição dos elementos avariados. A manutenção corretiva independe de programação periódica, podendo ser efetivada tantas vezes quantas forem necessárias durante o período de vigência do contrato. A CONTRATADA deverá

realizar a manutenção corretiva sempre que necessário, mediante solicitação da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço - OS, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às solicitações no prazo de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento do chamado. Os chamados de emergência, que envolvam situações de risco em que estejam pessoas presas em plataformas ou elevadores, deverão ser atendidos pela Contratada no prazo máximo de 6 (seis) horas após o recebimento do chamado, ficando incluído neste prazo o tempo de deslocamento até o Campus do IFRN. Depois de verificada, pela CONTRATADA ou CONTRATANTE, a necessidade de substituição de peças/componentes, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para envio de ordem de serviço para o fornecimento das peças /componentes necessários para a realização dos serviços corretivos.

8.2.4. Entende-se por Manutenção Preditiva aquela cuja atuação é realizada com base em modificação de parâmetro de CONDIÇÃO ou DESEMPENHO, cujo acompanhamento obedece a uma sistemática. O objetivo deste tipo de manutenção é prevenir falhas nos equipamentos ou sistemas através de acompanhamento de parâmetros diversos, permitindo a operação contínua do equipamento pelo maior tempo possível. É a primeira grande quebra de paradigma na manutenção, e tanto mais se intensifica quanto mais o conhecimento tecnológico desenvolve equipamentos que permitam avaliação confiável das instalações e sistemas operacionais em funcionamento durante o período de vigência do contrato.

8.3. Local da prestação dos serviços

8.3.1. Os serviços a serem contratados serão executados nos elevadores dos seguintes campi do IFRN:

UASG	CAMPI	ENDEREÇO	TELEFONE
158369	NATAL CENTRAL	Av. Sen. Salgado Filho, nº 1559, Tirol, Natal/RN. CEP 59015-000	(84) 4005-9800 / 4005-9803
158155	CAMPUS NATAL ZONA LESTE	Av. Sen. Salgado Filho, nº 1559, Tirol, Natal/RN. CEP 59015-000	(84) 4005-9800 / 4005-9803

8.3.1.1. Os serviços serão executados no local onde o (s) equipamento (s) encontra (m) -se instalado (s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade deslocá-lo (s) até a oficina da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o IFRN;

8.3.2. A CONTRATADA, para cada visita realizada, deverá elaborar um BOLETIM DE VISITA E PREENCHER O CHECK-LIST DE INSPEÇÃO MENSAL, COM ASSINATURA DO INSPETOR E PROFISSIONAL HABILITADO RESPONSÁVEL TECNICAMENTE PELO ACOMPANHAMENTO DA MANUTENÇÃO (ou documento substituto), no qual serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes.

8.3.2.1. Além da inspeção mensal, os elevadores e plataformas elevatórias devem ser periodicamente inspecionados e ensaiados (testados) dentro de cada 6 meses após ser posta em operação ou do término de modificações importantes e, após isso, em intervalos de cada 6 meses, com atenção particular às seguintes características: Dispositivos de Inter travamento; Circuitos de segurança elétricos; Continuidade do aterramento; Cabos, correntes, cremalheiras ou parafusos e porcas (conforme aplicável); Unidade de acionamento e freio; Freio de segurança; Sistema de alarme (se instalado). Parágrafo único – Ao final de cada ano de vigência do contrato a contratada deve emitir um Relatório de

Inspeção Anual – RIA, o qual deve conter todas as inspeções discriminadas, testes de funcionamento e segurança, além de aferição dos componentes aplicáveis.

8.3.2.2. Os ensaios e inspeções periódicos descritos devem ser realizados a parte das vistorias mensais e assinados por Profissional Legalmente Habilitado.

8.3.2.3. O fiscal de contrato deverá acompanhar os ensaios e inspeções periódicas descritas acima.

8.3.3. Quando se fizer necessária a substituição de qualquer peça, será apresentado o orçamento e o fiscal do contrato autorizará sua substituição devendo ser faturado após a sua colocação. Sempre que houver a necessidade da substituição de qualquer peça ou acessórios, deverão ser utilizadas peças e acessórios obrigatoriamente originais e com preço compatível com os de mercado.

8.3.4. Deverão ser fornecidos lubrificantes especiais para os equipamentos de acordo com as especificações do elevador, objetivando maior vida útil para os equipamentos. Os lubrificantes e outros de consumo tais como Graxas, Estopas, Desengraxante, Panos, White Lub, Limpa Contato e outros necessários à realização dos serviços de lubrificação e limpeza periódica, serão fornecidos sem ônus, ressalvando-se os materiais que se fizerem necessários a serem substituídos os quais ficam condicionados a prévia autorização do fiscal do contrato através de orçamento específico;

8.3.5. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados nas datas previamente programadas pela FISCALIZAÇÃO, em conformidade com a periodicidade mensal, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

8.3.6. Os serviços executados nos equipamentos constantes do Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva serão executados de acordo com o que estabelece as Normas Técnicas, Normas Regulamentadoras e de acordo com o plano de manutenção entregue pelo fabricante do elevador.

8.3.7. Os orçamentos apresentados pela empresa contratada deverão ser aprovados, pelo fiscal do contrato, para assim autorizar a realização dos serviços, seguindo os seguintes procedimentos: Verificar através de pesquisa junto às empresas autorizadas se os preços das peças a serem substituídas estão compatíveis com os preços praticados pelo mercado; Verificar se os números de horas necessárias à execução dos serviços estão compatíveis com o tempo estabelecido na tabela do fabricante, conforme a modalidade de serviços; Verificar se os prazos de entrega dos equipamentos consertados estão conforme os prazos programados pelas partes.

8.3.8. A empresa contratada deverá apresentar no máximo de 02 (dois) dias úteis orçamento discriminando peças, fabricantes, garantia e valor unitário compatível com o mercado local, quantidades de horas necessárias à execução dos serviços, além do prazo de entrega dos equipamentos, contado a partir da data de recebimento do mesmo;

8.3.9. Os orçamentos com preços acima dos praticados pelo mercado, tempo de execução dos serviços além do estabelecido pelo fabricante e prazo de entrega dos equipamentos fora do estabelecido, serão devolvidos à CONTRATADA para serem reformulados;

8.3.10. Os equipamentos consertados deverão ser vistoriados pelo fiscal do contrato, devendo assinar relatório com discriminação dos serviços executados e peças substituídas, fazendo o recolhimento das mesmas;

- 8.3.11. A Diretoria de Administração solicitará à CONTRATADA, revisão e/ou correção dos serviços, caso os mesmos não tenham sido executados satisfatoriamente, sem que advenha desse ato qualquer ônus para o IFRN.
- 8.3.12. A Coordenação de Administração da Sede e Manutenção - CASEM, juntamente com o fiscal do contrato, deverão elaborar uma Planilha de Controle de Manutenção Preventiva e Corretiva para os equipamentos.
- 8.3.13. As peças aplicadas ou fornecidas e a mão-de-obra deverão ter garantia de no mínimo 90 (noventa) dias.
- 8.3.14. Executar os serviços contratados de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança recomendado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 8.3.15. Os serviços de manutenção a serem realizados nos elevadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Natal Central deverão ser realizados respeitando o horário de funcionamento do Campus, preferencialmente de 08:00 às 17:00 horas, salvo os casos de emergência e, sempre supervisionados pela CONTRATANTE.
- 8.3.16. Além de um número de telefone fixo para os contatos necessários e rotineiros, a CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, um ou mais números de telefone para atender a chamadas durante as 24 horas do dia, em todos os sete dias da semana, a fim de que a CONTRATANTE possa reportar a necessidade de execução de serviços emergenciais de manutenção corretiva. Um desses números de telefone deverá ser obrigatoriamente o do Responsável Técnico, a quem serão dirigidos primariamente os chamados feitos pela CONTRATANTE.
- 8.3.17. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção objeto dessa contratação, a CONTRATADA, deve: observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento de equipamentos e zelar pela integridade física das instalações, mediante eliminação de focos de corrosão, instalação de acessórios, apoios e realização de serviços de purga, pintura e revestimentos protetores.
- 8.3.18. No caso de serviços de manutenção corretiva emergenciais, plantão de 24 horas para acidentes de qualquer natureza, envolvendo especialmente a hipótese de pessoas presas na cabine do elevador, a CONTRATADA deverá, após a comunicação da CONTRATANTE, adotar urgentes providências no sentido de sanar o problema em até 4 (quatro) horas.
- 8.3.19. Oferecer garantia de no mínimo de 3 (três) meses para os serviços prestados e a mesma garantia oferecida pelo fabricante para peças e componentes substituídos;

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 9.1.1. Os lubrificantes e outros materiais de consumo tais como Graxas, Estopas, Desengraxante, Panos, White Lub, Limpa Contato e outros necessários à realização dos serviços de lubrificação e limpeza periódica, serão fornecidos sem ônus, ressalvando-se os materiais que se fizerem necessários a serem substituídos os quais ficam condicionados a prévia autorização do fiscal do contrato através de orçamento específico;

9.1.1.1. Deverão ser fornecidos lubrificantes especiais para os equipamentos de acordo com as especificações do elevador, objetivando maior vida útil para os equipamentos.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.2. Determina-se que as instalações da empresa ou escritório, para efeitos de contratação, estejam situadas a uma distância máxima de 250 km do município onde serão prestados os serviços, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da vigência do contrato, devendo possuir também o aparelhamento técnico adequado e disponível para o desempenho das atividades concernentes aos serviços propostos.

10.2.1. Delimita-se essa distância devido à natureza do serviço e o cronograma estabelecido para o atendimento de chamados para a manutenção corretiva. Tal previsão está fundamentada na Instrução Normativa nº 05/2017-SLTI/MP (Anexo VII, item 10.6, 'a') e no Acórdão nº 1214/2013 do Plenário do TCU (9.1.11). A delimitação também se justifica pela necessidade de o responsável técnico pela manutenção ser residente da jurisdição do respectivo CREA onde serão prestados os serviços, conforme Decisão Normativa nº 36/1991 do CONFEA (item 3.1) e Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA (art. 3º).

10.2.1.1. A Diretoria de Administração deverá designar um servidor com conhecimentos específicos, para comprovar "in loco" se a empresa enquadra-se nestes critérios, e se apresenta aparelhamento técnico e instalações compatíveis com o objeto da licitação.

10.3. Os serviços serão executados nos locais onde o (s) equipamento (s) encontra (m) -se instalado (s), exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de deslocá-lo (s) até uma oficina especializada, sob responsabilidade da CONTRATADA, quando será necessária a autorização do CONTRATANTE, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus para o IFRN;

10.4. Os serviços prestados deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução, e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade e assim preservar a integridade dos colaboradores e a garantia dos Equipamentos.

10.5. Os profissionais que realizarem os serviços deverão possuir formação mínima de qualificação em manutenção de elevadores, como também, curso de NR-10, NR-11 e NR-12 atualizado para a realização das manutenções dos referidos equipamentos, devendo a capacitação ser comprovada mediante apresentação de documentação oficial.

10.6. O responsável técnico da CONTRATADA, deverá responsabilizar-se pela execução e acompanhamento dos serviços de objeto desta licitação, deverá supervisionar a manutenção e o funcionamento dos equipamentos, executar controle de qualidade, executar testes e executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade.

10.7. As peças deverão ser originais e novas, bem como atender as recomendações do fabricante do Equipamento, não podendo valer-se, em hipótese nenhuma, de peças reconcondicionadas, de mercado paralelo, ou de outra procedência, como também não utilizar mão-de-obra de terceiros, sem expressa e prévia autorização da Contratante.

10.8. Os serviços serão executados por uma equipe com, no mínimo, 2 técnicos capacitados e aptos conforme item 5.1.1.2.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3.1. A responsabilidade de que trata o subitem anterior inclui a reparação por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo, em qualquer caso, a contratada ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital **OU** Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.7.1. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

- 12.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 12.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.26. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 12.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 12.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 12.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 12.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

- 12.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 12.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 12.34.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 12.35. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 12.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 12.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 12.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 12.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 12.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 12.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 12.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 12.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 12.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- 12.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 12.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 12.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 12.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 12.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 12.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 12.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 12.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 12.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 12.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 12.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;
- 12.43. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que

estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

- 12.44. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.45. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 12.46. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 12.47. Manter preposto disponível, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, com telefone para contato imediato, bem como endereço de correio eletrônico;
- 12.52. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.48. Para Saúde e Segurança no Trabalho atender aos seguintes dispositivos legais: Lei 6514, de 22 de dezembro de 1977; Portaria 3214 de 08 de junho de 1978; Normas Regulamentadoras (NRs), com alterações e aditamentos, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Ministério da Economia (ME); Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Normas Técnicas da Fundacentro e legislação ou códigos municipais correlatos.
- 12.49. Cumprir e fazer cumprir todos os procedimentos de segurança estabelecidos no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CAMPUS NATAL CENTRAL, conforme ANEXO, principalmente quanto aos procedimentos relacionadas a isolamento da área de trabalho, sinalização de segurança, equipamento de proteção individual e coletiva, uniformes, utilização de máquinas e ferramentas, movimentação e transporte de material, procedimentos em situações de emergência, trabalho em altura, trabalho com eletricidade, trabalho em espaço confinado, acidente de trabalho, capacitação da mão de obra (habilitações, treinamentos e cursos), documentação de saúde e segurança do trabalho, e outros, conforme as características das atividades.
- 12.50. Antes de iniciar as atividades, os representantes da empresa CONTRATADA deverão participar de REUNIÃO DE PLANEJAMENTO DE SEGURANÇA DO TRABALHO relacionadas as suas atividades, com o Fiscal de Contrato e o Profissional de Segurança do Trabalho do IFRN, na qual serão discutidos os principais riscos envolvidos nas atividades e as recomendações gerais de segurança e saúde do trabalho que a CONTRATADA deverá cumprir, esclarecendo as dúvidas que eventualmente existam sobre as recomendações do “Manual de Procedimentos de Segurança do Trabalho para Prestadores de Serviços do Campus Natal Central”.
 - 12.50.1. A reunião de planejamento de segurança do trabalho das atividades deverá ser registrada em ATA de Reunião, contendo a assinatura dos representantes do IFRN e da empresa CONTRATADA.
- 12.51. Apresentar, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, cópia da seguinte documentação:
 - 12.51.1. Relação dos empregados da CONTRATADA, contendo nome, CPF e função;
 - 12.51.2. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, conforme NR-09;

- 12.51.3. Comprovante de realização de treinamento quanto a utilização correta, higienização, guarda e conservação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme previsto na NR-06;
 - 12.51.4. Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, específico para a função, emitido por médico legalmente habilitado, conforme NR-07;
 - 12.51.5. Ordem de Serviço de Segurança, conforme NR-01, contendo a relação dos serviços, os riscos envolvidos, os procedimentos de segurança e saúde que deverão ser seguidos e os equipamentos que deverão ser utilizados;
 - 12.51.6. Termo de recebimento e responsabilidade de EPI (Ficha de EPI) entregues aos empregados, constando o nome do empregado, a assinatura do recebimento, data da entrega, tipo do EPI, fabricante e número do Certificado de Aprovação (C.A.);
 - 12.51.7. Outros documentos poderão ser solicitados, conforme as atividades a serem executadas.
- 12.52. Para as atividades envolvendo TRABALHO EM ALTURA, compreendendo as atividades em altura superior a dois metros com risco de queda:
- 12.52.1. Apresentar, no prazo de 30 dias após assinatura do contrato,
 - 12.52.2. Relação dos empregados autorizados pela empresa a executar trabalho em altura, conforme NR-35, como também os respectivos certificados de treinamento para trabalho em altura, com carga horária mínima de 8 horas, conforme NR-35; e Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), indicando a aptidão para trabalho em altura.
 - 12.52.3. Procedimentos escritos para trabalho em altura, conforme NR-35;
 - 12.52.4. Assegurar que somente os trabalhadores autorizados, capacitados e aptos realizarão atividades envolvendo trabalho em altura.
 - 12.52.5. Assegurar que seu empregado ou contratado utilizará capacete de segurança com jugular, calçado de segurança, cinto de segurança tipo paraquedista com talabarte duplo, dispositivo trava quedas e demais acessórios para impedir a queda do trabalhador.
 - 12.52.5.1. Antes do início dos trabalhos deve ser efetuada diariamente a inspeção rotineira de todos os equipamentos de proteção, acessórios e sistemas de ancoragem.
 - 12.52.6. Desenvolver o PROCEDIMENTO OPERACIONAL para atividades rotineiras de trabalho em altura, cabendo ao empregado cumprir os procedimentos expedidos pelo empregador, conforme previsto na NR-35.
 - 12.52.7. Assegurar a utilização de acessórios e sistema de ancoragem para trabalho em altura devidamente dimensionado pela CONTRATADA. O sistema de ancoragem deve ser estabelecido pela Análise de Risco.
 - 12.52.8. Assegurar que todos os serviços serão executados conforme a NR-35 – Trabalho em Altura e na NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 12.53. Para as atividades envolvendo INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE:
- 12.53.1. Apresentar a seguinte documentação, dentro de um prazo de 30 dias após assinatura do contrato:
 - 12.53.1.1. Relação dos empregados autorizados pela empresa a executarem atividades envolvendo instalações e serviços com eletricidade, como também os respectivos certificados de Curso Básico - Segurança em Instalações e

Serviços com Eletricidade, com carga horária de 40 horas e/ou o Certificado de treinamento de reciclagem bienal e Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) compatível com as atividades a serem desenvolvidas.

- 12.53.1.2. Procedimentos de trabalho específicos para a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.11 da NR-10.
- 12.53.1.3. Análise de Risco para as atividades relacionadas a execução de serviços em instalações elétricas, conforme item 10.2 da NR-10.
- 12.53.2. Assegurar que somente os trabalhadores autorizados, capacitados e aptos realizarão atividades envolvendo instalações elétricas os trabalhadores.
- 12.53.3. Assegurar que todos os serviços serão executados conforme as recomendações da NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade, NR-18 – Condições e Meio ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e ABNT NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão.
- 12.54. Promover sinalização e isolamento adequados da área, onde serão executadas as atividades, utilizando cones, correntes, fitas zebreadas ou tapumes, de modo a impedir o acesso de pessoas que não estejam envolvidas na operação.
- 12.55. Fornecer gratuitamente aos seus empregados todos os uniformes, EPI e EPC necessários e compatíveis ao desenvolvimento das tarefas e riscos decorrentes da atividade executada ou do ambiente de trabalho, na quantidade adequada, bem como treinar quanto ao uso, guarda e conservação, conforme estabelece a NR-06.
 - 12.55.1. Todo EPI fornecido pela CONTRATADA aos seus empregados deve possuir Certificado de Aprovação (CA) dentro do período de validade.
 - 12.55.2. A CONTRATADA deve tornar obrigatório seu uso e substituí-lo, imediatamente, quando inadequado, danificado ou extraviado.
 - 12.55.3. A CONTRATADA deve controlar e documentar a entrega, distribuição e devolução dos EPIs e manter Termo de Recebimento e Responsabilidade, por empregado, para controle da entrega e orientação de uso dos equipamentos de segurança e uniformes.
- 12.56. Encaminhar para a realização dos serviços empregados uniformizados, com roupas profissionais contendo identificação visual da CONTRATADA, e portando identificação individual - crachás, desde que compatível com a atividade.
- 12.57. Adotar a hierarquia de controle dos riscos ambientais, previsto na NR-09, adotando respectivamente: medidas de proteção coletiva, medidas administrativas ou de organização do trabalho e utilização de equipamentos de proteção individual.
- 12.58. Buscar a melhoria contínua das condições de Segurança e Saúde do Trabalho (SST) para todos os seus empregados, eliminando, neutralizando ou implementando ações para mitigação dos riscos.
- 12.59. Para Manutenção dos elevadores e plataformas apresentar, em até 30 dias após a assinatura do contrato, os seguintes documentos:
 - 12.59.1. Documento que comprove possuir matriz ou filial localizada no máximo a 250km do município onde serão prestados os serviços, informando o respectivo endereço, telefone, e-mail e demais informações pertinentes para viabilizar a prestação dos serviços contratados;
 - 12.59.2. Relação nominal com dados pessoais do Engenheiro Mecânico (responsável técnico pelo serviço) e dos técnicos que realizarão os serviços;

- 12.59.3. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pelos serviços contratados, emitida junto ao CREA em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.
- 12.60. Realizar, nos primeiros 10 (dez) dias após o início dos serviços, vistoria de todos os equipamentos e emitir Relatório de Avaliação Técnica e Plano Anual de Manutenção Preventiva com as conclusões desta vistoria.
- 12.61. Cumprir os prazos estabelecidos para atendimento e conclusão de chamados;
- 12.62. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, cabendo-lhe o ônus pela mão de obra referente à execução de serviços de reparos, correções, remoções e substituições de peças no elevador;
- 12.63. Apresentar, no prazo máximo de cinco dias corridos após a assinatura do contrato, ou sempre que houver alteração, a relação nominal com dados pessoais desses profissionais (Engenheiros Eletricista, Mecânico e técnicos) responsáveis pelos serviços de manutenção;
- 12.64. Possuir, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas e equipamentos com seus acessórios, necessários a execução dos serviços, ficando responsável por sua guarda, conservação, transporte, carga e descarga dos mesmos;
- 12.65. Comunicar, previamente, à CONTRATANTE reparos em instalações elétricas que incorrerem em paralisações de equipamentos;
- 12.66. Emitir nota fiscal, discriminando cada uma das peças fornecidas no período de referência com base no relatório de manutenção aprovado pelo executor do contrato;
- 12.67. Comunicar, imediatamente, ao fiscal/gestor do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços contratados;
- 12.68. Propiciar à CONTRATANTE todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços;
- 12.69. Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de circulação e de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolverem transporte e montagem de equipamentos, deverão ser rigorosamente planejados, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);
- 12.70. Submeter à prévia autorização do fiscal/gestor do contrato, todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas.
- 12.70.1. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.
- 12.71. Entregar ao gestor do contrato todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos;
- 12.72. Responsabilizar-se pelos serviços de enrolamento do motor do ventilador da cabina e do motor de operador de porta do elevador, quando necessário. Estes serviços deverão ser executados em oficina especializada;
- 12.73. Empregar, na execução dos serviços, materiais de primeira qualidade, obedecendo às especificações, sob pena de impugnação dos materiais pelo gestor do contrato;
- 12.74. Obedecer às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e nos de emprego especial, cabendo-lhe, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos;
- 12.75. Fornecer à CONTRATANTE os números de telefones celulares do Engenheiro Mecânico responsável técnico e/ou do Engenheiro Mecânico responsável pela condução dos serviços, com

perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos e instalações.

- 12.76. Realizar, no mínimo, uma visita regular mensal de manutenção preventiva, em data e horário previamente acordados;
- 12.77. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e em papel personalizado da empresa, quaisquer serviços de maior vulto e que fujam da especialidade da CONTRATADA, que dependam da aprovação para sua execução, bem como apresentar relação discriminada dos materiais necessários;
- 12.78. Comprovar, sempre que solicitado, competência técnica dos técnicos responsáveis pela execução dos serviços, e fazê-lo observar as normas internas da CONTRATANTE;
- 12.79. Isolar e sinalizar o local de trabalho para advertir as pessoas que trafegam próximo ao local sobre dos riscos presentes na execução do serviço.
- 12.79.1. O isolamento e sinalização poderá ser feito utilizando cones, cavaletes, redes de proteção, correntes zebreadas e placas de sinalização e advertência.
- 12.79.2. O fosso do elevador somente poderá estar aberto durante a execução dos serviços e desde que tenham sido executadas as ações recomendadas anteriormente para isolamento e sinalização do local, sempre com o responsável pelo serviço presente no local. Quando não estiver sendo realizados serviços e na ausência de trabalhador responsável, o fosso do elevador deverá estar adequadamente fechado com sinalização de advertência.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo de referência.
- 15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 15.13.1. Fiscalização presencial dos serviços;
 - 15.13.2. Emissão de Ordens de serviços;
 - 15.13.3. Emissão de Relatórios de serviços;
 - 15.13.4. Notificações no caso de algum descumprimento das obrigações da contratada;
 - 15.13.5. Glosa de notas fiscais a partir da apuração de algum descumprimento previstos no IMR.
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto nos anexos deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 16.2.1. Tempo de execução dos serviços;
 - 16.2.2. Plano de Manutenção;
 - 16.2.3. Qualidade dos serviços;
 - 16.2.4. Falhas nos equipamentos;
 - 16.2.5. Segurança dos prestadores e usuários dos serviços.
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
 - 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a cada etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo da respectiva etapa, nos termos abaixo:
 - 17.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.
 - 17.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
 - 17.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 - 17.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 17.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - 17.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.2.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.4. Nos contratos de escopo, o recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

17.4.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

17.4.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

17.4.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 (trinta) dias.

17.4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
- 18.5.2. a data da emissão;
- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

- 18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

19. REAJUSTE

- 19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento a que a proposta se referir.
- 19.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se em cotações de empresas que prestam serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores/estações elevatórias e contratos da Administrativos do IFRN, conforme pode ser visto no Estudo Técnico Preliminar, mais precisamente no Item 8 do mesmo.
- 19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e a partir do pedido da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da referência acima mencionada, aplicando-se o índice (Índice Nacional de Preços Consumidor Amplo – IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 19.9. Na ausência de índice específico, índice geral melhor correlacionado com a variação inflacionária dos custos da contratação ou de índice geral de adoção consagrada para o objeto a ser contratado que será o IPCA.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
 - 20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
 - 20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

- 20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.10. Será considerada extinta a garantia:
- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar,

nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

21.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 21.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) em plena validade, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

22.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação:

22.3.2.1. Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, indicando o profissional habilitado para acompanhamento dos serviços.

22.3.2.2. Quadro de técnicos capacitados e aptos para a realização dos serviços que se pretende contratar, que possuam:

22.3.2.2.1. Formação mínima em técnico em manutenção de elevadores ou em mecânica, com qualificação na área de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias;

22.3.2.2.2. Certificação válida de treinamento em NR-10 e NR-35 para os empregados que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade, bem como em trabalho em altura, estabelecendo os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores;

22.3.2.2.3. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) compatível com as atividades a serem desenvolvidas;

22.3.2.2.4. Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – Fiscal (detalhamento das classes da CNAE), que contemple como atividades econômicas os serviços aqui especificados.

22.3.2.2.5. Matriz ou filial localizada a uma distância máxima de 250 km do município onde serão prestados os serviços, informando o respectivo endereço, telefone, e-mail e demais informações pertinentes para viabilizar a prestação dos serviços contratados, no tocante ao atendimento dos chamados dentro dos prazos estabelecidos.

22.3.2.2.6. Caso não atenda este requisito no momento da licitação, a empresa deve apresentar declaração de que a mesma comprovará, no momento da assinatura do contrato ou ata, o cumprimento deste requisito.

22.3.2.2.7. Os serviços em questão são de natureza continuada, uma vez que visa a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas dos campi participantes desta licitação.

22.3.2.2.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

22.3.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

22.3.3.1. Comprovação de desempenho anterior das atividades exercidas pela empresa participante, pertinente e compatível em características com o objeto deste processo, atestada por pessoas jurídicas de direito público e privado, com

identificação do local, natureza, quantidade, prazo e outros dados característicos aos serviços prestados (Atestado de Capacidade Técnica), o qual deve contemplar pelo menos 50% dos equipamentos objeto deste certame

- 22.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;
- 22.3.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- 22.3.5.1. Profissional graduado em Engenharia Mecânica, registrado no CREA, com experiência comprovada no acompanhamento de serviços de manutenção preventiva e corretiva compatíveis com os desta especificações, para a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do serviço a ser contratado.
- 22.3.5.2. O vínculo do profissional com a empresa será comprovado através da apresentação de documento que demonstre vínculo empregatício, no caso de o profissional ser empregado da empresa; ou cópia autenticada do contrato de prestação de serviços, quando não houver vínculo trabalhista; ou cópia autenticada do contrato social, quando o profissional for sócio da empresa;
- 22.3.5.3. A habilitação do profissional para desempenhar a função de responsável técnico pela execução do serviço será comprovada através da apresentação do registro no CREA, como Engenheiro Mecânico;
- 22.3.5.4. A experiência do profissional na função de responsável técnico pela execução dos serviços será comprovada através da apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico, emitidas pelo CREA.
- 22.3.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.
- 22.3.7. No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- 22.3.8. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT/CRT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras, serviços de engenharia ou de técnica industrial.

22.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

22.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

22.3.10.1. Valor Global anual: R\$ 142.695,60 cento e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será é R\$ 142.695,60 cento e quarenta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos).), considerando um período de 12 (doze) meses.

23.2 Já o valor total GLOBAL e à registrar, considerando o período de 60 (sessenta) meses, é de R\$ 713.478,00 setecentos e treze mil, quatrocentos e setenta e oito reais). Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos.

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

25.1.1 Anexo I – Estudos Preliminares;

25.1.2 Anexo II – Termo de justificativas técnicas relevantes;

25.1.3 Anexo III - Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013);

25.1.4 Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

25.1.5 Anexo V – IMR Mensal Contrato;

25.1.6 Anexo VI – Termo do Contrato.

Natal, 17 de março de 2023.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável.

ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Kiev Luiz de Araújo Pereira
Matrícula – 1886910
COCOMP/CNAT – IFRN *Campus* Natal – Central
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
[Assinado Eletronicamente]

José Heriberto de Oliveira
Matrícula – 277146
CASEM/CNAT IFRN – Campus Natal-Central
INTEGRANTE DEMANDANTE
[Assinado Eletronicamente]

Gleydson Oliveira Cavalcanti
Matrícula 2143441
CASEM/CNAT IFRN – Campus Natal-Central
INTEGRANTE TÉCNICO
[Assinado Eletronicamente]

Edilson Marinho da Silva Júnior
Matrícula 1272537
DIACIN/CNAT IFRN – Campus Natal-Central
INTEGRANTE TÉCNICO
[Assinado Eletronicamente]
DESPACHO MOTIVADO

Pelos poderes delegados ao Diretor Geral do Campus Natal Central, através da **Portaria nº 1782/2020 - RE/IFRN, de 21 de dezembro de 2020**, publicada no **DOU de 23 de dezembro de 2020**, considerando presente nesta solicitação o interesse público pela característica indispensável da contratação de **empresa especializada para prestação de serviços, para que sejam atendidas as necessidades de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores dos campi IFRN Natal Central e IFRN Zona Leste, para fins de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais e dificuldades de locomoção**, previstos no Termo de Referência, para garantir a manutenção dos serviços prestados pelo IFRN à sociedade, aprovo o termo de referência e autorizo a realização deste Pregão eletrônico (SRP), em conformidade com o Termo de Referência apresentado neste processo.

JONAS EDUARDO GONZALES LEMOS
Diretor-Geral do campus Natal-Central
Designação através da Portaria nº 1.782/2020 - RE/IFRN.
Delegação de Competência através da Portaria nº 1.800/2020 - RE/IFRN.
[Assinado Eletronicamente]